



Processo Adm. 010100/2024

Folha _____

Rubrica _____

Setor: SEAD

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

PREGÃO ELETRÔNICO

004/2024

CONTRATANTE

Órgão Gerenciador (Secretaria Municipal de Administração)

Órgãos Participantes (Secretarias da Assistência Social, Educação, Saúde, Infraestrutura)

OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E FUNDOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES/MA.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 2.318.695,62 (Dois Milhões trezentos e dezoito mil seiscentos e noventa e cinco reais e sessenta e dois centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 14/06/2024 às 09:00h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Processo Adm. 010100/2024
Folha _____
Rubrica _____
Setor: SEAD

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

Sumário

1.	DO OBJETO	3
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
5.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	7
6.	DA FASE DE JULGAMENTO	10
7.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	13
8.	DOS RECURSOS.....	14
9.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	15
10.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	17
11.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	17



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES/MA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024

Processo Administrativo nº 010100/2024

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Guimarães/MA, inscrita no CNPJ nº 05.505.334/0001-30, por meio da Secretaria Municipal de Administração, sediada na Rua Dr. Urbano Santos, nº 214, Centro, Guimarães – MA, CEP: 65.255-000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E FUNDOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES/MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas (www.licitanet.com.br).

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor da plataforma ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Para os itens 15,33 e 191 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, devidamente assinada e com timbrado da empresa.

3.3. Os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1 e 7.12.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 0 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado, possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Modelo;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de **15s (quinze segundos)** após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 min (dez minutos)** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **02 min (dois minutos)** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

OU

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO E FECHADO”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **15 min (quinze minutos)**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até **10 min (dez minutos)**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até **10% (dez por cento)** superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **05 min (cinco minutos)**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subseqüentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

OU

5.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“FECHADO E ABERTO”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até **10% (dez por cento)** superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.14.1. Não havendo pelo menos **03 (três)** propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 min (dez minutos)** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 min (dois minutos)** do período de duração da sessão pública.

5.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **02 min (dois minutos)** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos **5% (cinco por cento)**, o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a **10 min (dez minutos)**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **24 hs (vinte e quatro horas)** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até **5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **05 min (cinco minutos)** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.22.2.2. empresas brasileiras;

5.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de **02 hs (duas horas)**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 0 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 0 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

OU

6.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por essa administração pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio no HABILITANET, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os licitantes deverão encaminhar, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

7.12. A verificação no HABILITANET ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.guimaraes.ma.gov.br/> e <https://www.licitanet.com.br/>.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.5. fraudar a licitação;

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através de campo específico na Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30**

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos <https://www.guimaraes.ma.gov.br/> e <https://www.licitanet.com.br/>.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I - Estudo Técnico Preliminar

11.11.2. ANEXO II – Termo de Referência

11.11.3. ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços

11.11.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato

11.11.5. ANEXO V – Declaração de Compromissos Assumidos com a iniciativa privada e a Administração Pública

Guimarães/MA, 22 de maio de 2024.

**Miscilene Carvalho Veras Carneiro
CPF nº 842.699.103-30
Secretária Municipal de Administração**



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

ANEXO II
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

I - Introdução:

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou projeto Básico, que venha atender da melhor forma as necessidades da Administração.

A presente análise tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica da futura Contratação de empresa especializada no fornecimento de Material de Construção em Geral para atender as necessidades das diversas secretarias e fundos da Prefeitura Municipal de Guimarães/MA.

1. Dados do Processo:

Órgão responsável pela Contratação: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CNPJ: 05.505.334/0001-30

FORNECIMENTO: Os Materiais serão fornecidos de acordo com a necessidade da Secretaria Solicitante, determinado na ordem de fornecimento.

OBJETO:

Registro de Preços para a Eventual Contratação de empresa especializada no fornecimento de Material de Construção em Geral para atender as necessidades das diversas secretarias e fundos da Prefeitura Municipal de Guimarães/MA.

DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS PRELIMINARES

II – Normativos que disciplinam o fornecimento.

O objeto deste estudo preliminar está disciplinado pelos seguintes normativos:

1.1.1 Lei nº 14.133/21 Art. 18 inciso I §1º;

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

Proceder com todas as etapas previstas no cronograma de atividades. Atendimento do Controle de Qualidade dos serviços e demais orientações de controle tecnológicos.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

DIRETRIZES ESPECÍFICAS DOS ESTUDOS PRELIMINARES

A realização de processo de licitação para futura contratação de empresa para fornecimento de materiais de construção, trás a esta administração, solução para manutenção, reparação, cuidados com todos os prédios e ruas no município de Guimarães, com isso, trazendo uma cidade mais organizada e com condições de uma estadia digna para população, esse processo licitatório é uma solução resolutive para atender as necessidades de todas as Secretarias da Administração, encerrando assim, todas as problemáticas por causa desse tema.

Foram realizadas cotações de preços praticados no mercado justificando esse método, por não ter dispositivo do Banco de Preços, sendo assim, para buscar informação média dos preços indo ao mercado para usar como preço estimado, sendo devolvida a Secretaria Municipal de Administração em que esta aprovou e atestou os orçamentos para o objeto, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, sob a responsabilidade da PREFEITURA.

Por fim, apresentamos os benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação, conforme segue:

- Materiais para um bom desempenho juntamente com a mão de obra capacitada
- Manter os Prédios em boas condições para uso, dos servidores e população.
- Possibilidade em melhorias nas Ruas, Praças, Etc.

III- Referência a outros instrumentos de planejamento do órgão ou entidade (se houver):

A contratação está alinhada aos objetivos e Indicadores estratégicos da PREFEITURA, tendo em vista que este Estudo Preliminar busca:

Assegurar a celeridade e qualidade das contratações; por meio da diminuição do Tempo médio entre a data de abertura do processo de contratação, até a data de homologação da licitação (Ciclo de contratação).

Aprimorar o conhecimento sobre o mercado; garantir a qualidade do fornecimento;
Fortalecer a fiscalização da aquisição do bem; por meio do acompanhamento dos Índices de Relatórios de Fiscalização Recebidos no prazo e de Processos Administrativos de Apuração de Responsabilidade.

IV- Requisitos da contratação:

a) Requisitos necessários ao atendimento da necessidade.

Atendimento de todas as leis, normas e instruções vigentes do órgão.

Levantar e quantificar todos os materiais necessários para garantir as boas condições dos locais determinados, conforto e segurança dos usuários, além da manutenção do bem público.

Proceder com todas as etapas previstas no cronograma de atividades.

Atendimento do Controle de Qualidade do fornecimento e demais orientações de controle tecnológico.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

b) O serviço possui natureza continuada ou não.

O serviço não possui natureza continuada, visto que o objeto da contratação não é de natureza habitual e nem mesmo essencial no que tange a necessidade de manutenção de contrato. Os serviços considerados não continuados são aqueles que impõem aos contratados o dever de realizar a prestação de um serviço específico, em um período predeterminado, podendo ser prorrogado. (IN 05/2017 MPOG).

c) Práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da Contratada. Não se aplica.

Não se aplica.

V) Duração inicial do contrato de prestação de serviços ou fornecimento de natureza não continuada:

O prazo do contrato é de 12 (doze) meses, sendo iniciado o fornecimento até 10 (Dez) dias após a emissão da ordem de Fornecimento.

VI) Necessidade da Contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:

Não se aplica.

VII- Estimativa das quantidades, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte:

a) Definir e documentar o método para a estimativa das quantidades a serem contratadas:

Foram realizados pesquisa de preços com fornecedores locais, para balizamento da média dos preços, que servirão como base para realização do certame.

b) Memórias de cálculo e os documentos que lhe dão suporte:

O licitante deverá encaminhar proposta de preços com a descrição do objeto e do preço, apresentando o valor unitário e global do item conforme determinado no Termo de Referência. Deve estar ainda expresso na proposta que o preço ofertado incluindo tributos, fretes, tarifas e todas as despesas decorrentes da execução contratual ou nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens. Não deverão ser aceitas ofertas de objeto com especificações diferentes do Termo de Referência, bem como as propostas devem conter prazo de validade, que vinculam o proponente, pelo período de duração.

c) Para os casos em que houver a necessidade de materiais específicos, cuja previsibilidade não se mostra possível antes da contratação:

Casos específicos, cuja previsibilidade não se mostre possível antes da contratação, serão tratados a parte.

VIII- Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo de solução a contratar:

Foram realizadas cotações de preços Praticados no mercado justificando esse método, por não ter dispositivo do Banco de Preços, sendo assim, para buscar informação média dos preços indo ao mercado para usar como preço



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

estimado, sendo devolvida a Secretaria Municipal de Administração em que esta aprovou e atestou os orçamentos para o objeto, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, sob a responsabilidade da PREFEITURA.

IX- Descrição da solução como um todo:

a) descrever todos os elementos que devem ser produzidos/contratados/executados para que a contratação produza resultados pretendidos pela Administração.

Registro de Preços para a Eventual Contratação de empresa especializada no fornecimento de Material de Construção em Geral para atender as necessidades das diversas secretarias e fundos da Prefeitura Municipal de Guimarães/MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

A contratante deverá obrigatoriamente reter os valores relativos às contribuições previdenciárias, devendo constar estas informações no edital e contrato.

Notificar a contratada, fixando-lhe prazos para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas no fornecimento

Fornecer todas as informações necessárias para a execução do objeto da licitação;

A contratante deverá fornecer ao emitir a ordem de fornecimento especificando o local, horário e data que será realizado o fornecimento pela empresa.

Notificar por escrito, a empresa contratada, de toda e qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento;

Disponibilizar local para a entrega dos produtos;

Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente.

Os produtos foram agrupados em um único lote, contendo vários itens, que se refere a:

Registro de Preços para a Eventual Contratação de empresa especializada no fornecimento de Material de Construção em Geral para atender as necessidades das diversas secretarias e fundos da Prefeitura Municipal de Guimarães/MA.

Assim, consolidados os dados, obtivemos o seguinte orçamento estimativo para a contratação:

Na concepção dos projetos desenvolvidos, foram considerados os seguintes aspectos:



Processo Adm. 010100/2024
Folha _____
Rubrica _____
Setor: SEAD

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1	Aguarras solvente para diluição de tintas e vernizes sintéticos 5L	LTS	141	R\$ 121,12	R\$ 17.077,92
2	Alicate arrebiteador 10" para fixar chapas	UND	30	R\$ 61,95	R\$ 1.858,50
3	Alicate de pressão 10"/250 mm de aço forjado	UND	30	R\$ 76,46	R\$ 2.293,80
4	Anel de vedação para vaso sanitário a base de borracha sintética	UND	150	R\$ 20,93	R\$ 3.139,50
5	Arame de aço recozido torcido N° 18 1,25mm	KG	1194	R\$ 36,23	R\$ 43.258,62
6	Arame galvanizado nº18 conforme NBR (5589/82) 1,24mm	KG	201	R\$ 44,30	R\$ 8.904,30
7	Areia lavada para construção	M³	430	R\$ 143,43	R\$ 61.674,90
8	Areia média - tamanho entre 1,2mm e 2,4 mm	M³	430	R\$ 157,75	R\$ 67.832,50
9	Argamassa colante para assentamento de pisos e revestimento saco de 20kg	SACO	500	R\$ 39,85	R\$ 19.925,00
10	Arrebite de repuxo 3/16 x 35 de alumínio c/ ferro	UND	750	R\$ 0,42	R\$ 315,00
11	Arrebite de repuxo 3/18 x 40 de alumínio c/ ferro	UND	750	R\$ 0,42	R\$ 315,00
12	Balde PVC para pedreiro com capacidade de carga de 12 litros	UND	36	R\$ 20,94	R\$ 753,84
13	Bota de segurança confeccionada em couro de raspa, com solado de borracha antiderrapante	PAR	150	R\$ 88,23	R\$ 13.234,50
14	Brita 1 - de 12,5 a 22 mm faixa granulométrica (AMPLA PARTICIPAÇÃO 80%)	M³	240	R\$ 549,06	R\$ 131.774,40
15	Brita 1 - de 12,5 a 22 mm faixa granulométrica (COTA RESERVADA 20%)	M³	60	R\$ 549,06	R\$ 32.943,60
16	Broca aço rápido para metais 1/2"	UND	100	R\$ 36,23	R\$ 3.623,00
17	Broca aço rápido para metais 9/64"	UND	100	R\$ 14,48	R\$ 1.448,00
18	Broca aço rápido para metais 3/16	UND	100	R\$ 14,48	R\$ 1.448,00
19	Broca para madeira 1/4 x 4	UND	70	R\$ 14,48	R\$ 1.013,60
20	Broca para madeira 3/16	UND	100	R\$ 14,48	R\$ 1.448,00
21	Broca para madeira 5/16	UND	100	R\$ 36,23	R\$ 3.623,00
22	Broca para madeira 5/32	UND	100	R\$ 8,96	R\$ 896,00
23	Broca videa nº 08	UND	50	R\$ 21,19	R\$ 1.059,50
24	Broxa retangular nº 01 com pelos de nylon	UND	20	R\$ 13,44	R\$ 268,80
25	Cadeado de latão maciço e haste de aço auto bloqueável tamanho E-30	UND	68	R\$ 30,50	R\$ 2.074,00
26	Cadeado de latão maciço e haste de aço auto bloqueável tamanho E-35	UND	68	R\$ 32,32	R\$ 2.197,76
27	Câmara de ar para pneus de carrinho de mão 3,25 x 8	UND	30	R\$ 33,20	R\$ 996,00
28	Carrinho de mão com pneu 3,25 x 8 em chapa de aço SAE 1008 com capacidade de 80Lt	UND	50	R\$ 337,04	R\$ 16.852,00
29	Cavadeira articulada com cabo de madeira; composição: aço carbono de alta qualidade; pintura eletrostática a pó; cabo de madeira resistente de 120cm; dimensões: 289x125mm	UND	40	R\$ 115,77	R\$ 4.630,80



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

30	Chapa de madeira compensada 10 mmx 2,20 mmx 1,10 mm	UND	250	R\$ 267,52	R\$ 66.880,00
31	Chapa de madeira compensada de 10 mm x 2,20 mm x 1,40mm	UND	185	R\$ 297,50	R\$ 55.037,50
32	Cimento 50 kg - cimento para uso geral na construção civil, adequado para utilização em estruturas de concreto armado, protendido, pré-moldados e na fabricação de artefatos, como blocos, pavers, tubos, telhas e vasos entre outros. Indicado ainda para utilização em fibrocimento, argamassas de chapisco, assentamento de blocos e reestimentos, pisos, contrapisos (AMPLA PARTICIPAÇÃO 80%)	SACO	1480	R\$ 61,17	R\$ 90.531,60
33	Cimento 50 kg - cimento para uso geral na construção civil, adequado para utilização em estruturas de concreto armado, protendido, pré-moldados e na fabricação de artefatos, como blocos, pavers, tubos, telhas e vasos entre outros. Indicado ainda para utilização em fibrocimento, argamassas de chapisco, assentamento de blocos e reestimentos, pisos, contrapisos (COTA RESERVADA 20%)	SACO	370	R\$ 61,17	R\$ 22.632,90
34	Corrente de aço carbono com acabamento polido, com elo de 5/32 nº 04	KG	127	R\$ 24,39	R\$ 3.097,53
35	Desempenadeira de aço dentada	UND	57	R\$ 41,20	R\$ 2.348,40
36	Enxada norte estreita aço forjado 2.5LB em cabo	UND	100	R\$ 82,88	R\$ 8.288,00
37	Fechadura de latão para portão de ferro móvel	UND	50	R\$ 76,86	R\$ 3.843,00
38	Fechadura fixa c/ espelho inox bola	UND	65	R\$ 97,68	R\$ 6.349,20
39	Fechadura móvel c/ espelho inox maçaneta	UND	50	R\$ 103,23	R\$ 5.161,50
40	Fechadura para armário caixa ferro galvanizado ref 301	UND	53	R\$ 17,38	R\$ 921,14
41	Fechadura WC com espelho inox maçaneta	UND	50	R\$ 93,97	R\$ 4.698,50
42	Fita crepe 25 mm x 50 m. Material: Papel crepado (35gr/m2) saturado coberto com adesivo à base de solvente, borracha e resinas sintéticas; medidas: 25mm x 50m; aplicação: fechamento de embalagens, mascaramentos, fixações, proteção, emendas, etc.	UND	475	R\$ 9,46	R\$ 4.493,50
43	Forro PVC frisado 10 cm. Material: PVC; modelo: frisado; cor: branco; largura da haste: 10 cm.	M²	500	R\$ 57,90	R\$ 28.950,00
44	Forro PVC frisado 20 cm. Material: PVC; modelo: frisado; cor: branco; largura da haste: 20 cm.	M²	500	R\$ 48,56	R\$ 24.280,00
45	Lâmina de serrar aço	UND	100	R\$ 17,38	R\$ 1.738,00
46	Lima chata para desbastes 6'	UND	50	R\$ 39,93	R\$ 1.996,50
47	Lima triangular para desbastes 4'	UND	50	R\$ 25,78	R\$ 1.289,00
48	Luva de algodão pigmentada macia	PAR	100	R\$ 11,18	R\$ 1.118,00
49	Luva de raspa couro bovino macio e flexível	PAR	100	R\$ 32,36	R\$ 3.236,00
50	Madeira Peça 3x3 M³ 5 --	MTS	7	R\$ 7.464,11	R\$ 52.248,77
51	Madeira Peça 3x5	MTS	7	R\$ 7.464,11	R\$ 52.248,77



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

52	Madeira Peça 3x6	MTS	7	R\$ 7.464,11	R\$ 52.248,77
53	Marreta de aço forjado 1.0 kg	UND	40	R\$ 58,01	R\$ 2.320,40
54	Marreta de aço forjado 5.0 kg	UND	30	R\$ 181,48	R\$ 5.444,40
55	Martelo unha de aço forjado 27 mm	UND	40	R\$ 54,57	R\$ 2.182,80
56	Massa acrílica 18 Lt. Tipo: massa acrílica a base de água; acabamento: fosco; lata com 18 litros; uso: superfícies de alvenaria em ambientes externos e internos	LTS	113	R\$ 181,25	R\$ 20.481,25
57	Pá de bico aço forjado nº 3 com cabo	UND	100	R\$ 55,57	R\$ 5.557,00
58	Parafuso 3,8 x 20 de ferro zincado	CX	100	R\$ 40,46	R\$ 4.046,00
59	Parafuso 3,8 x 25 de ferro zincado	CX	130	R\$ 40,46	R\$ 5.259,80
60	Parafuso 5,5 x 65 de ferro zincado	CX	130	R\$ 40,46	R\$ 5.259,80
61	Parafuso com bucha de nylon para fixação nº 06	UND	100	R\$ 0,53	R\$ 53,00
62	Parafuso com bucha de nylon para fixação nº 08	UND	100	R\$ 0,53	R\$ 53,00
63	Parafuso fenda rosca soberba 4,8 x 4,0	UND	100	R\$ 0,53	R\$ 53,00
64	Pasta de silicone 50gr	UND	70	R\$ 19,64	R\$ 1.374,80
65	Picareta aço forjado	UND	100	R\$ 149,83	R\$ 14.983,00
66	Piso cerâmico branco 45 x45 cm. Cor: branco. Classe: A. Aplicação: Interna/Externa. Formas de utilização: Pl 05 como acabamento cerâmico de pisos e paredes.	M²	1200	R\$ 51,56	R\$ 61.872,00
67	Prego galvanizado com cabeça 14 x 15	KG	50	R\$ 34,89	R\$ 1.744,50
68	Prego galvanizado com cabeça 15 x 18	KG	50	R\$ 34,89	R\$ 1.744,50
69	Prego galvanizado com cabeça 15 x 11	KG	50	R\$ 34,89	R\$ 1.744,50
70	Prego galvanizado com cabeça 18 x 27	KG	50	R\$ 34,89	R\$ 1.744,50
71	Prego galvanizado com cabeça 21/2 x 10	KG	50	R\$ 34,89	R\$ 1.744,50
72	Prego galvanizado com cabeça 21/2 x 12	KG	50	R\$ 34,89	R\$ 1.744,50
73	Prego galvanizado com cabeça 21 x 45	KG	100	R\$ 34,89	R\$ 3.489,00
74	Prego galvanizado com cabeça 3 x 8	KG	100	R\$ 34,89	R\$ 3.489,00
75	Prego galvanizado com cabeça 3 x 9	KG	100	R\$ 34,89	R\$ 3.489,00
76	Rejunte de 1 kg rejunte flexível; composição: cimento (cinza ou branco), agregados minerais, pigmentos inorgânicos, polímeros e aditivos químicos não tóxicos, densidade aparente: 1,1 g/m³ a 1,5 g/m³, peso> 1kg, textura lisa, resistência a formação de fungos, uso: em pisos e paredes.	FARD	225	R\$ 15,78	R\$ 3.550,50
77	Seixo médio lavado tipo nº 01 para concreto	M³	160	R\$ 360,54	R\$ 57.686,40
78	Solvente thinner a base de hidrocarbonetos álcool e acetona	GALÃO	200	R\$ 124,64	R\$ 24.928,00
79	Targeta 1 1/2 de ferro cromado	UND	24	R\$ 8,61	R\$ 206,64
80	Telha cerâmica tipo canal comp 50 cm 26 und/m²	MILH	24	R\$ 1.452,36	R\$ 34.856,64
81	Telha transparente 1.83 x 1.10 de fibra	UND	150	R\$ 140,24	R\$ 21.036,00
82	Tijolos cerâmico furado de 6 furos para alvenaria, composição: cerâmica, tijolo para vedação, medidas 9,5 x 14 x 19 cm	MILH	50	R\$ 1.104,83	R\$ 55.241,50



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

83	Tinta a óleo 3,6 litros. Tinta óleo a base de solvente, acabamento: Brilhante. Uso: superfícies externas e internas. Lata com 3,6 litros. Peso aproximado: 3,75 kg	LTS	300	R\$ 139,46	R\$ 41.838,00
84	Tinta em pó a base de CL 2kg. Composição: óxidos de cálcio e magnésio, pigmentos orgânicos e inorgânicos. Indicada para pintura de superfícies porosas externas e internas de reboco, concreto e tijolo - cores variadas - fardo com 10 pcts de 2 kg	FARD	300	R\$ 71,86	R\$ 21.558,00
85	Tinta látex 18 litros. Acabamento: Fosco/brilhante; composição: resina modificada, pigmentos ativos e inertes, coalescentes, espessantes, microbicidas não metálicos, outros aditivos e água, lata com 18 Lt.	LTS	300	R\$ 190,37	R\$ 57.111,00
86	Adaptador de PVC soldável com rosca curto 20mm x 1/2 mm	UND	50	R\$ 2,41	R\$ 120,50
87	Adaptador de PVC soldável com rosca curto 25mm x 3/4 mm	UND	50	R\$ 2,71	R\$ 135,50
88	Adaptador de PVC soldável com rosca curto 32mm x 1"	UND	50	R\$ 4,41	R\$ 220,50
89	Adaptador de PVC soldável com rosca curto 40mm x 1.1/4	UND	50	R\$ 9,99	R\$ 499,50
90	Adaptador flange de PVC rígido soldável 20 mm	UND	50	R\$ 17,12	R\$ 856,00
91	Adaptador flange de PVC rígido soldável 25 mm	UND	50	R\$ 20,40	R\$ 1.020,00
92	Adaptador flange de PVC rígido soldável 32 mm	UND	50	R\$ 30,05	R\$ 1.502,50
93	Adaptador flange de PVC rígido soldável 40 mm	UND	50	R\$ 10,90	R\$ 545,00
94	Adesivo a base de epóxi 100g	UND	60	R\$ 17,12	R\$ 1.027,20
95	Adesivo instantâneo de rápida adesão para borrachas, couros, metais, etc, bisnaga 1,5gr	UND	15	R\$ 14,06	R\$ 210,90
96	Adesivo líquido a base de resinas de PVC p/ colagem de tubos e conexões de PVC rígido 17gr	UND	15	R\$ 3,97	R\$ 59,55
97	Adesivo líquido a base de resinas de PVC para colagem de tubos e conexões de PVC rígido 75gr	UND	15	R\$ 9,16	R\$ 137,40
98	Assento macio em PVC para bacia sanitária	UND	100	R\$ 114,23	R\$ 11.423,00
99	Bacia sanitária de louça convencional	UND	33	R\$ 133,61	R\$ 4.409,13
100	Boia de nível elétrica para caixa d'água	UND	20	R\$ 72,11	R\$ 1.442,20
101	Bolsa de ligação em PVC de 1.1/2 para vaso sanitário	UND	40	R\$ 24,76	R\$ 990,40
102	Bomba água de sucção injetora com motor elétrico 1,5 CV	UND	30	R\$ 2.150,03	R\$ 64.500,90
103	Bomba d'água de sucção centrifuga com motor elétrico 1,0CV	UND	20	R\$ 1.960,69	R\$ 39.213,80
104	Bucha de redução PVC rígido soldável curta de 25 x 20 mm	UND	30	R\$ 396,81	R\$ 11.904,30
105	Bucha de redução PVC rígido soldável curta de 32 x 25 mm	UND	30	R\$ 7,89	R\$ 236,70
106	Bucha de redução PVC rígido soldável curta de 40 x 32 mm	UND	30	R\$ 7,89	R\$ 236,70



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

107	Bucha de redução PVC rígido soldável curta de 50 x 40 mm	UND	20	R\$ 7,89	R\$ 157,80
108	Caixa d'água de fibra capacidade para 310 Lt	UND	25	R\$ 396,31	R\$ 9.907,75
109	Caixa d'água de fibra capacidade para 500 Lt	UND	20	R\$ 494,34	R\$ 9.886,80
110	Caixa de descarga em PVC com acionamento por cordão e capacidade de 09 Lt	UND	30	R\$ 48,28	R\$ 1.448,40
111	Caps de PVC rígido com rosca ¾	UND	27	R\$ 3,16	R\$ 85,32
112	Caps de PVC rígido com rosca 1'	UND	27	R\$ 3,92	R\$ 105,84
113	Caps de PVC rígido para esgoto de 40 mm	UND	27	R\$ 5,67	R\$ 153,09
114	Caps de PVC rígido soldável 20 mm	UND	27	R\$ 2,32	R\$ 62,64
115	Caps de PVC rígido soldável de 25 mm	UND	27	R\$ 3,16	R\$ 85,32
116	Curva de ferro galvanizado 90º ¾	UND	15	R\$ 21,19	R\$ 317,85
117	Curva de ferro galvanizado 90º 1'	UND	15	R\$ 25,36	R\$ 380,40
118	Curva de PVC rígido soldável 90º 20 mm	UND	15	R\$ 3,92	R\$ 58,80
119	Curva de PVC rígido soldável 90º 25 mm	UND	15	R\$ 9,34	R\$ 140,10
120	Curva de PVC rígido soldável 90º 32 mm	UND	27	R\$ 14,59	R\$ 393,93
121	Curva de PVC rígido soldável 90º 40 mm	UND	27	R\$ 16,86	R\$ 455,22
122	Curva de PVC rígido soldável para esgoto 45º 100 mm	UND	15	R\$ 9,34	R\$ 140,10
123	Curva de PVC rígido soldável para esgoto curta 90º 40 mm	UND	15	R\$ 14,59	R\$ 218,85
124	Fita veda rosca a base de resina (poli tetra flúor etileno) 18 mm x 25m	UND	60	R\$ 4,36	R\$ 261,60
125	Garxeta 1/2 para torneira de latão	UND	15	R\$ 4,36	R\$ 65,40
126	Garxeta 3/4 para torneira de latão	UND	15	R\$ 4,36	R\$ 65,40
127	Injetor de solução para bomba injetora 1-25 1.1/4x1	UND	20	R\$ 231,98	R\$ 4.639,60
128	Joelho de PVC rígido soldável 90º 20 mm	UND	30	R\$ 0,97	R\$ 29,10
129	Joelho de PVC rígido soldável 90º 25 mm	UND	30	R\$ 3,92	R\$ 117,60
130	Joelho de PVC rígido soldável 90º 32 mm	UND	30	R\$ 9,99	R\$ 299,70
131	Joelho de PVC rígido soldável para esgoto 45º 40 mm	UND	30	R\$ 14,39	R\$ 431,70
132	Joelho de PVC rígido soldável para esgoto 90º 100 mm	UND	30	R\$ 22,82	R\$ 684,60
133	Joelho de PVC rígido soldável para esgoto 90º 40 mm	UND	24	R\$ 14,39	R\$ 345,36
134	Junção de PVC rígido soldável para esgoto 100 mm	UND	30	R\$ 9,34	R\$ 280,20
135	Ligação de PVC 30 cm flexível	UND	150	R\$ 11,50	R\$ 1.725,00
136	Ligação de PVC 50 cm flexível	UND	150	R\$ 17,70	R\$ 2.655,00
137	Luva de PVC rígido com rosca ½	UND	24	R\$ 2,39	R\$ 57,36
138	Luva de PVC rígido soldável de correr 20 mm	UND	30	R\$ 2,39	R\$ 71,70
139	Luva de PVC rígido soldável de correr 25 mm	UND	30	R\$ 14,59	R\$ 437,70
140	Luva de PVC rígido soldável de correr 60 mm	UND	30	R\$ 55,35	R\$ 1.660,50
141	Luva de PVC rígido soldável de redução 25 mm x 20 mm	UND	30	R\$ 6,94	R\$ 208,20
142	Luva de PVC rígido soldável de redução 32 mm x 25 mm	UND	30	R\$ 8,45	R\$ 253,50



Processo Adm. 010100/2024
Folha _____
Rubrica _____
Setor: SEAD

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

143	Luva de PVC rígido soldável LR 20 mm x ½	UND	45	R\$ 2,80	R\$ 126,00
144	Luva de PVC rígido soldável redução 40 mm x 32 mm	UND	45	R\$ 9,34	R\$ 420,30
145	Luva união de PVC rígido soldável 32 mm	UND	45	R\$ 6,67	R\$ 300,15
146	Luva união de PVC rígido soldável 40 mm	UND	45	R\$ 6,94	R\$ 312,30
147	Mangueira cristal de PVC flexível ¾	MTS	60	R\$ 6,94	R\$ 416,40
148	Mangueira cristal de PVC flexível 1'	MTS	60	R\$ 14,01	R\$ 840,60
149	Mangueira de PVC flexível para jardim 1/2 x 15 mm x 30 m	UND	10	R\$ 77,14	R\$ 771,40
150	Parafuso com bucha para vaso sanitário nº 10	UND	300	R\$ 16,35	R\$ 4.905,00
151	Pasta de silicone 280 gr	UND	60	R\$ 27,28	R\$ 1.636,80
152	Registro de esfera PVC rígido soldável 20 mm	UND	60	R\$ 14,01	R\$ 840,60
153	Registro de esfera PVC rígido soldável 25 mm	UND	24	R\$ 16,35	R\$ 392,40
154	Registro de PVC rígido de esfera soldável 40mm	UND	20	R\$ 51,06	R\$ 1.021,20
155	Registro de PVC rígido de esfera soldável 32mm	UND	30	R\$ 28,60	R\$ 858,00
156	Reparo universal p/caixa de descarga acoplada	UND	15	R\$ 213,19	R\$ 3.197,85
157	Sifão sfnonado PVC rígido para pia 40 mm	UND	24	R\$ 17,12	R\$ 410,88
158	TE PVC rígido de redução 3/4 x ½	UND	30	R\$ 11,14	R\$ 334,20
159	TE PVC rígido de redução 20 mm	UND	24	R\$ 11,14	R\$ 267,36
160	TE PVC rígido de redução 25 mm	UND	39	R\$ 11,14	R\$ 434,46
161	TE PVC rígido de redução 32 mm	UND	39	R\$ 11,14	R\$ 434,46
162	TE PVC rígido de redução 40 mm	UND	30	R\$ 11,14	R\$ 334,20
163	TE PVC rígido soldável de esgoto de 100 mm	UND	20	R\$ 41,11	R\$ 822,20
164	Torneira bóia PVC rígido para caixa d'água ½	UND	30	R\$ 34,84	R\$ 1.045,20
165	Torneira de PVC rígido para lavatório ½	UND	21	R\$ 10,90	R\$ 228,90
166	Tubo de PVC rígido soldável para esgoto 100mm	UND	39	R\$ 142,13	R\$ 5.543,07
167	Tubo de PVC rígido soldável para esgoto 40mm	UND	12	R\$ 56,74	R\$ 680,88
168	Tubo de PVC rígido soldável para esgoto 50mm	UND	30	R\$ 89,71	R\$ 2.691,30
169	Tubo PVC rígido roscável ¾	UND	27	R\$ 60,83	R\$ 1.642,41
170	Tubo PVC rígido roscável 1	UND	39	R\$ 110,28	R\$ 4.300,92
171	Tubo PVC rígido roscável 1/4	UND	30	R\$ 34,03	R\$ 1.020,90
172	Tubo PVC rígido soldável 20 mm	UND	30	R\$ 32,82	R\$ 984,60
173	Tubo PVC rígido soldável 25 mm	UND	30	R\$ 47,65	R\$ 1.429,50
174	Tubo PVC rígido soldável 32 mm	UND	60	R\$ 69,40	R\$ 4.164,00
175	Tubo PVC rígido soldável 40 mm	UND	60	R\$ 109,33	R\$ 6.559,80
176	Válvula curta latão para lavatório	UND	15	R\$ 31,94	R\$ 479,10
177	Caixa D'água de polietileno capacidade para 15.000 L	UND	5	R\$ 16.476,45	R\$ 82.382,25
178	Fio De Nylon Para Cortador E Roçadeira De Grama 2,4mm 15m	UND	30	R\$ 241,20	R\$ 7.236,00
179	Janela de Vidro de 1,00 x 1,20	UND	100	R\$ 443,49	R\$ 44.349,00
180	Luva de Napa (par)	UND	500	R\$ 10,12	R\$ 5.060,00
181	Porta De Madeira Frisada 210cmx80cm	UND	50	R\$ 910,32	R\$ 45.516,00



Processo Adm. 010100/2024
Folha _____
Rubrica _____
Setor: SEAD

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

182	Porta De Madeira Frisada 210cmx70cm	UND	50	R\$ 879,20	R\$ 43.960,00
183	Bomba d' água de sucção 2 cv	UND	5	R\$ 2.814,99	R\$ 14.074,95
184	Bomba d' água de sucção 3 cv	UND	5	R\$ 4.434,89	R\$ 22.174,45
185	Ripas de madeira	MTS	200	R\$ 324,20	R\$ 64.840,00
186	Pernamancas	MTS	200	R\$ 21,23	R\$ 4.246,00
187	caibro de madeira 7/7	MTS	200	R\$ 40,21	R\$ 8.042,00
188	caibro de madeira 7/12	MTS	200	R\$ 70,76	R\$ 14.152,00
189	caibro de madeira 7/14	MTS	200	R\$ 79,68	R\$ 15.936,00
190	Tabua para construção de 3M/15CM (AMPLA PARTICIPAÇÃO 80%)	DUZIA	240	R\$ 287,88	R\$ 69.091,20
191	Tabua para construção de 3M/15CM (COTA RESERVADA 20%)	DUZIA	60	R\$ 287,88	R\$ 17.272,80
192	Chave de Fenda 1/4 4x6	UND	60	R\$ 13,31	R\$ 798,60
193	Chave de Philips 3/8 8x8	UND	60	R\$ 24,34	R\$ 1.460,40
194	Chave de teste	UND	30	R\$ 8,56	R\$ 256,80
195	Enxada com cabo	UND	20	R\$ 59,32	R\$ 1.186,40
196	Cabo de pá	UND	20	R\$ 24,51	R\$ 490,20
197	Cabo de Enxada	UND	20	R\$ 28,92	R\$ 578,40
198	Colher de Pedreiro Nº 08	UND	20	R\$ 32,03	R\$ 640,60
199	Colher de Pedreiro Nº 10	UND	20	R\$ 32,03	R\$ 640,60
200	Desempenadeira de aço lisa	UND	15	R\$ 41,32	R\$ 619,80
201	Espátula Média	UND	30	R\$ 8,57	R\$ 257,10
202	Espátula Pequena	UND	30	R\$ 8,57	R\$ 257,10
203	Faço (Cutelo)	UND	20	R\$ 76,77	R\$ 1.535,40
204	Furadeira de Impacto 550W - Velocidade Variável 1/2" 3 Peças GSB 550 RE STD.Possui 550W de potência, velocidade variável e reversível e mandril de 1/2".Escolhas de perfurações com e sem impacto, também com versatilidade para parafusar e desparafusar.	UND	5	R\$ 848,60	R\$ 4.243,00
205	Gadanhos com Cabo	UND	40	R\$ 44,89	R\$ 1.795,60
206	Serra mármore 4.3/8" 1.300 watts - 4100NH3Z	UND	5	R\$ 869,87	R\$ 4.349,35
207	Serra Circular 7.1/4" 1800w 110v 5007n	UND	4	R\$ 1.293,13	R\$ 5.172,52
208	Máscara Pff1 c/ Válvula - Indústria / Construção Civil	UND	200	R\$ 13,31	R\$ 2.662,00
209	Óculos de proteção transparente	UND	50	R\$ 19,81	R\$ 990,50
210	Peneira p/areia aro de plast.	UND	20	R\$ 31,93	R\$ 638,60
211	Pneu para carro de mão	UND	50	R\$ 63,10	R\$ 3.155,00
212	Serrote Profissional 24"	UND	10	R\$ 44,42	R\$ 444,20
213	Torquês	UND	15	R\$ 91,29	R\$ 1.369,35
214	Trena 5M	UND	15	R\$ 39,94	R\$ 599,10
215	Trena 10M	UND	15	R\$ 77,23	R\$ 1.158,45
216	Talhadeira Simples	UND	20	R\$ 21,12	R\$ 422,40



Processo Adm. 010100/2024
Folha _____
Rubrica _____
Setor: SEAD

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

217	Barra de Ferro 1/2 polegadas CA-50 (12m)	UND	50	R\$ 188,29	R\$ 9.414,50
218	Barra de Ferro 1/4 polegadas CA-50(12m)	UND	80	R\$ 51,24	R\$ 4.099,20
219	Barra de Ferro 3/8 polegadas CA-50(12m)	UND	70	R\$ 133,18	R\$ 9.322,60
220	Barra de Ferro 1/4 polegadas CA-50(12m)	UND	100	R\$ 51,24	R\$ 5.124,00
221	Barra de Ferro 5/16 polegadas CA-50(12m)	UND	50	R\$ 103,02	R\$ 5.151,00
222	Barra de Ferro 7/8 polegadas CA-50(12m)	UND	50	R\$ 283,74	R\$ 14.187,00
223	Coluna de Ferro 1/4 6m	UND	50	R\$ 56,02	R\$ 2.801,00
224	Coluna de Ferro 5/16 6m	UND	50	R\$ 259,36	R\$ 12.968,00
225	Coluna de Ferro 3/8 6m	UND	50	R\$ 312,28	R\$ 15.614,00
226	Treliça 1/4 6m	UND	100	R\$ 86,56	R\$ 8.656,00
227	Disco de Serra Marmore - Ceramica/Parede	UND	100	R\$ 43,95	R\$ 4.395,00
228	Disco de Serra Marmore - Aço	UND	100	R\$ 43,95	R\$ 4.395,00
229	Disco de Serra Marmore - Madeira	UND	100	R\$ 43,95	R\$ 4.395,00
230	Lixa de Ferro nº 120	UND	100	R\$ 5,56	R\$ 556,00
231	Lixa de Ferro nº 80	UND	100	R\$ 5,56	R\$ 556,00
232	Lixa de Parede nº 120	UND	100	R\$ 2,61	R\$ 261,00
233	Lixa de Parede nº 100	UND	100	R\$ 2,61	R\$ 261,00
234	Impermeabilizante para concretos e armassas - Balte de 18 L	UND	40	R\$ 432,09	R\$ 17.283,60
235	Rolo de Lã sem respingo alto 9mm 3/8"	UND	20	R\$ 23,94	R\$ 478,80
236	Rolo Pele de Carneiro 22mm para pintura	UND	20	R\$ 349,02	R\$ 6.980,40
237	Conjunto de 2 Tomadas 2P+T 10A 250V	UND	50	R\$ 12,60	R\$ 630,00
238	Conjunto de 3 Tomadas 2P+T 10A 250V	UND	50	R\$ 23,94	R\$ 1.197,00
239	Conjunto Interruptor Simples 1 Seção e Tomada 20A 1 Seção	UND	50	R\$ 12,60	R\$ 630,00
240	Conjunto Interruptor Simples 2 Seções e Tomada 20A 1 Seção	UND	50	R\$ 18,90	R\$ 945,00
241	Disjuntor 1p 10a curva 3ka	UND	40	R\$ 18,90	R\$ 756,00
242	Disjuntor 1p 15a curva 3ka	UND	40	R\$ 18,90	R\$ 756,00
243	Fita Isolante 18mm X 5m	UND	20	R\$ 6,30	R\$ 126,00
244	Lâmpada Led Bulbo A60 15W 6.500K Branca Fria Bivolt	UND	80	R\$ 18,90	R\$ 1.512,00
245	Fio Cabo Flexível 4,0 mm 100 metros Preto	ROLO	20	R\$ 819,00	R\$ 16.380,00
246	Vonder Alicates Corte Diagonal 6' 1000V	UND	6	R\$ 56,70	R\$ 340,20
247	Capacete de Segurança MSA CA 498 Completo com Carneira e Jugular (Branco)	UND	3	R\$ 88,20	R\$ 264,60
248	Capacete de Segurança MSA CA 498 Completo com Carneira e Jugular (Vermelho)	UND	7	R\$ 88,20	R\$ 617,40
249	Luva Antiestática Flextáctil ESD De Nylon Tamanho M	PAR	20	R\$ 44,10	R\$ 882,00
250	Fio Cabo Flexível 2,5 mm 100 metros Preto	ROLO	20	R\$ 227,43	R\$ 4.548,60
251	Fio Cabo Flexível 2,5 mm 100 metros Azul	ROLO	20	R\$ 227,43	R\$ 4.548,60
252	Fio Cabo Flexível 2,5 mm 100 metros Vermelho	ROLO	20	R\$ 227,43	R\$ 4.548,60
253	Fio Cabo Flexível 2,5 mm 100 metros Amarelo	ROLO	20	R\$ 227,43	R\$ 4.548,60



Processo Adm. 010100/2024
Folha _____
Rubrica _____
Setor: SEAD

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

254	Fio Cabo Flexível 1,5 mm 100 metros Vermelho	ROLO	20	R\$ 181,69	R\$ 3.633,80
255	Fio Cabo Flexível 1,5 mm 100 metros Amarelo	ROLO	20	R\$ 181,69	R\$ 3.633,80
256	Fio Cabo Flexível 1,5 mm 100 metros Azul	ROLO	20	R\$ 181,69	R\$ 3.633,80
257	Caixa 4x2	UND	20	R\$ 4,41	R\$ 88,20
258	Disjuntor 16A Monopolar	UND	10	R\$ 25,07	R\$ 250,70
259	Disjuntor 20A Monopolar	UND	10	R\$ 33,39	R\$ 333,90
260	Quadro de energia	UND	5	R\$ 252,00	R\$ 1.260,00
261	Selador acrílico 18L	UND	20	R\$ 154,98	R\$ 3.099,60
262	Trincha 2"	UND	20	R\$ 18,90	R\$ 378,00
263	Trincha 3"	UND	20	R\$ 23,31	R\$ 466,20
264	Trincha 4"	UND	20	R\$ 25,20	R\$ 504,00
VALOR TOTAL					R\$ 2.318.695,62

O valor obtido foi de **R\$ 2.318.695,62 (Dois Milhões Trezentos e dezoito mil seiscientos e noventa e cinco reais e sessenta e dois centavos).**

X- Justificativas para o parcelamento ou não da solução quando necessária para individualização do objeto:

Não se aplica

XI - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis:

Contratação de empresa especializada que poderá gerir de forma mais eficiente os recursos do órgão na realização do objeto contratado e manutenção do patrimônio público, garantindo a segurança e bem-estar de todos os envolvidos.

Os benefícios diretos que o órgão almeja com a contratação nos moldes propostos, é a preservação da cidade histórica, promovendo uma manutenção de forma geral.

XII- Contratações correlatas e/ou interdependentes:

Não se aplica.

XIII- Declaração da viabilidade ou não da contratação:

Após a realização dos estudos preliminares, tomando como base experiências em contratações anteriores desta Autarquia, e realização de pesquisa de mercado, conforme todo o exposto e a necessidade de contratação do objeto, opinamos pela viabilidade do Registro de Preços para a Eventual Contratação de empresa especializada no fornecimento de Material de Construção em Geral para atender as necessidades das diversas secretarias e fundos da Prefeitura Municipal de Guimarães/MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento: GUIMARÃES/MA.

XIV - Após o estudo preliminar realizado por esta Comissão, declara-se que esta contratação é viável nos termos acima propostos.

O presente planejamento está de acordo com as necessidades técnicas, operacionais e estratégicas do órgão. No mais, atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área responsável priorizará o



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos, pelo que recomendamos a aquisição proposta.

XV. PODERÃO PARTICIPAR:

15.1 Empresas que se enquadram como MEI, ME, EPP, conforme determina a lei complementar 123/06.

15.2 Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

Processo Adm. 010100/2024
Folha _____
Rubrica _____
Setor: SEAD

GERENCIAMENTO DE RISCOS.

1.1. Necessidade de adequação da estrutura física do local que receberá os bens.

Não haverá necessidade de readequar a estrutura física.

1.2. Análise de riscos (considerados pertinentes e necessários).

Nota: Análise dos riscos relativos à contratação e à gestão do contrato, que inclui as ações para mitigar os riscos identificados. O DETALHAMENTO DO GERENCIAMENTO DOS RISCOS DEVERÁ CONSTAR COMO APÊNDICE DO ESTUDO TÉCNICO EM FORMULÁRIO PRÓPRIO.

1.3. Forma de seleção do fornecedor

A contratação deverá ser feita através de licitação da modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por Item, a fim de assegurar o fornecimento imediato.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

Processo Adm. 010100/2024
Folha _____
Rubrica _____
Setor: SEAD

APÊNDICE I - GERENCIAMENTO DE RISCOS

OBJETO: Registro de Preços para a Eventual Contratação de empresa especializada no fornecimento de Material de Construção em Geral para atender as necessidades das diversas secretarias e fundos da Prefeitura Municipal de Guimarães/MA.

1 – RISCOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

RISCO 01:	Flutuação de preços	
PROBABILIDADE:	() Baixa (x) Média () Alta	
IMPACTO:	(x) Baixo () Médio () Alto	
ID	Dano	
1	Suspensão das entregas	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1	Aumentar os estoques de itens sensíveis ao preço.	
2	Acompanhar flutuações de mercado.	
ID	Ação de Contingência	Responsável
1	Alterar a programação semanalmente	
2	Requisitar uma nova licitação	
RISCO 02:	Suspensão e proibição de contratar com o serviço público do fornecedor vencedor	
PROBABILIDADE:	(x) Baixa () Média () Alta	
IMPACTO:	() Baixo (x) Médio () Alto	
ID	Dano	
1	Suspensão das entregas	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1	Elevar os critérios de seleção dos fornecedores	
ID	Ação de Contingência	Responsável
2	Requisitar uma nova licitação	
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO		



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

Integrantes

Miscilene Carvalho Veras Carneiro
Secretária Municipal de Administração

Marinilde de Deus Machado
Secretária Municipal de Educação

Olivia Francisca Lima Gonçalves
Secretária Municipal de Assistência Social
e Desenvolvimento Comunitário

Raimundo Berto Santos Avelar
Secretário Municipal de Infraestrutura

Joselita Ramos De Sá Macedo
CPF nº 846.982.173-34
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E FUNDOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES/MA, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1	Aguarras solvente para diluição de tintas e vernizes sintéticos 5L	LTS	141	R\$ 121,12	R\$ 17.077,92
2	Alicate arrebiteador 10" para fixar chapas	UND	30	R\$ 61,95	R\$ 1.858,50
3	Alicate de pressão 10"/250 mm de aço forjado	UND	30	R\$ 76,46	R\$ 2.293,80
4	Anel de vedação para vaso sanitário a base de borracha sintética	UND	150	R\$ 20,93	R\$ 3.139,50
5	Arame de aço recozido torcido N° 18 1,25mm	KG	1194	R\$ 36,23	R\$ 43.258,62
6	Arame galvanizado nº18 conforme NBR (5589/82) 1,24mm	KG	201	R\$ 44,30	R\$ 8.904,30
7	Areia lavada para construção	M³	430	R\$ 143,43	R\$ 61.674,90
8	Areia média - tamanho entre 1,2mm e 2,4 mm	M³	430	R\$ 157,75	R\$ 67.832,50
9	Argamassa colante para assentamento de pisos e revestimento saco de 20kg	SACO	500	R\$ 39,85	R\$ 19.925,00
10	Arrebite de repuxo 3/16 x 35 de alumínio c/ ferro	UND	750	R\$ 0,42	R\$ 315,00
11	Arrebite de repuxo 3/18 x 40 de alumínio c/ ferro	UND	750	R\$ 0,42	R\$ 315,00
12	Balde PVC para pedreiro com capacidade de carga de 12 litros	UND	36	R\$ 20,94	R\$ 753,84
13	Bota de segurança confeccionada em couro de raspa, com solado de borracha antiderrapante	PAR	150	R\$ 88,23	R\$ 13.234,50
14	Brita 1 - de 12,5 a 22 mm faixa granulométrica (AMPLA PARTICIPAÇÃO 80%)	M³	240	R\$ 549,06	R\$ 131.774,40
15	Brita 1 - de 12,5 a 22 mm faixa granulométrica (COTA RESERVADA 20%)	M³	60	R\$ 549,06	R\$ 32.943,60
16	Broca aço rápido para metais 1/2"	UND	100	R\$ 36,23	R\$ 3.623,00
17	Broca aço rápido para metais 9/64"	UND	100	R\$ 14,48	R\$ 1.448,00
18	Broca aço rápido para metais 3/16	UND	100	R\$ 14,48	R\$ 1.448,00
19	Broca para madeira 1/4 x 4	UND	70	R\$ 14,48	R\$ 1.013,60
20	Broca para madeira 3/16	UND	100	R\$ 14,48	R\$ 1.448,00
21	Broca para madeira 5/16	UND	100	R\$ 36,23	R\$ 3.623,00
22	Broca para madeira 5/32	UND	100	R\$ 8,96	R\$ 896,00
23	Broca videa nº 08	UND	50	R\$ 21,19	R\$ 1.059,50
24	Broxa retangular nº 01 com pelos de nylon	UND	20	R\$ 13,44	R\$ 268,80



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

25	Cadeado de latão maciço e haste de aço auto bloqueável tamanho E-30	UND	68	R\$ 30,50	R\$ 2.074,00
26	Cadeado de latão maciço e haste de aço auto bloqueável tamanho E-35	UND	68	R\$ 32,32	R\$ 2.197,76
27	Câmara de ar para pneus de carrinho de mão 3,25 x 8	UND	30	R\$ 33,20	R\$ 996,00
28	Carrinho de mão com pneu 3,25 x 8 em chapa de aço SAE 1008 com capacidade de 80Lt	UND	50	R\$ 337,04	R\$ 16.852,00
29	Cavadeira articulada com cabo de madeira; composição: aço carbono de alta qualidade; pintura eletrostática a pó; cabo de madeira resistente de 120cm; dimensões: 289x125mm	UND	40	R\$ 115,77	R\$ 4.630,80
30	Chapa de madeira compensada 10 mmx 2,20 mmx 1,10 mm	UND	250	R\$ 267,52	R\$ 66.880,00
31	Chapa de madeira compensada de 10 mm x 2,20 mm x 1,40mm	UND	185	R\$ 297,50	R\$ 55.037,50
32	Cimento 50 kg - cimento para uso geral na construção civil, adequado para utilização em estruturas de concreto armado, protendido, pré-moldados e na fabricação de artefatos, como blocos, pavers, tubos, telhas e vasos entre outros. Indicado ainda para utilização em fibrocimento, argamassas de chapisco, assentamento de blocos e reestimentos, pisos, contrapisos (AMPLA PARTICIPAÇÃO 80%)	SACO	1480	R\$ 61,17	R\$ 90.531,60
33	Cimento 50 kg - cimento para uso geral na construção civil, adequado para utilização em estruturas de concreto armado, protendido, pré-moldados e na fabricação de artefatos, como blocos, pavers, tubos, telhas e vasos entre outros. Indicado ainda para utilização em fibrocimento, argamassas de chapisco, assentamento de blocos e reestimentos, pisos, contrapisos (COTA RESERVADA 20%)	SACO	370	R\$ 61,17	R\$ 22.632,90
34	Corrente de aço carbono com acabamento polido, com elo de 5/32 nº 04	KG	127	R\$ 24,39	R\$ 3.097,53
35	Desempenadeira de aço dentada	UND	57	R\$ 41,20	R\$ 2.348,40
36	Enxada norte estreita aço forjado 2.5LB em cabo	UND	100	R\$ 82,88	R\$ 8.288,00
37	Fechadura de latão para portão de ferro móvel	UND	50	R\$ 76,86	R\$ 3.843,00
38	Fechadura fixa c/ espelho inox bola	UND	65	R\$ 97,68	R\$ 6.349,20
39	Fechadura móvel c/ espelho inox maçaneta	UND	50	R\$ 103,23	R\$ 5.161,50
40	Fechadura para armário caixa ferro galvanizado ref 301	UND	53	R\$ 17,38	R\$ 921,14
41	Fechadura WC com espelho inox maçaneta	UND	50	R\$ 93,97	R\$ 4.698,50
42	Fita crepe 25 mm x 50 m. Material: Papel crepado (35gr/m2) saturado coberto com adesivo à base de solvente, borracha e resinas sintéticas; medidas: 25mm x 50m; aplicação: fechamento de embalagens, mascaramentos, fixações, proteção, emendas, etc.	UND	475	R\$ 9,46	R\$ 4.493,50



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

43	Forro PVC frisado 10 cm. Material: PVC; modelo: frisado; cor: branco; largura da haste: 10 cm.	M²	500	R\$ 57,90	R\$ 28.950,00
44	Forro PVC frisado 20 cm. Material: PVC; modelo: frisado; cor: branco; largura da haste: 20 cm.	M²	500	R\$ 48,56	R\$ 24.280,00
45	Lâmina de serrar aço	UND	100	R\$ 17,38	R\$ 1.738,00
46	Lima chata para desbastes 6'	UND	50	R\$ 39,93	R\$ 1.996,50
47	Lima triangular para desbastes 4'	UND	50	R\$ 25,78	R\$ 1.289,00
48	Luva de algodão pigmentada macia	PAR	100	R\$ 11,18	R\$ 1.118,00
49	Luva de raspa couro bovino macio e flexível	PAR	100	R\$ 32,36	R\$ 3.236,00
50	Madeira Peça 3x3 M³ 5 --	MTS	7	R\$ 7.464,11	R\$ 52.248,77
51	Madeira Peça 3x5	MTS	7	R\$ 7.464,11	R\$ 52.248,77
52	Madeira Peça 3x6	MTS	7	R\$ 7.464,11	R\$ 52.248,77
53	Marreta de aço forjado 1.0 kg	UND	40	R\$ 58,01	R\$ 2.320,40
54	Marreta de aço forjado 5.0 kg	UND	30	R\$ 181,48	R\$ 5.444,40
55	Martelo unha de aço forjado 27 mm	UND	40	R\$ 54,57	R\$ 2.182,80
56	Massa acrílica 18 Lt. Tipo: massa acrílica a base de água; acabamento: fosco; lata com 18 litros; uso: superfícies de alvenaria em ambientes externos e internos	LTS	113	R\$ 181,25	R\$ 20.481,25
57	Pá de bico aço forjado nº 3 com cabo	UND	100	R\$ 55,57	R\$ 5.557,00
58	Parafuso 3,8 x 20 de ferro zincado	CX	100	R\$ 40,46	R\$ 4.046,00
59	Parafuso 3,8 x 25 de ferro zincado	CX	130	R\$ 40,46	R\$ 5.259,80
60	Parafuso 5,5 x 65 de ferro zincado	CX	130	R\$ 40,46	R\$ 5.259,80
61	Parafuso com bucha de nylon para fixação nº 06	UND	100	R\$ 0,53	R\$ 53,00
62	Parafuso com bucha de nylon para fixação nº 08	UND	100	R\$ 0,53	R\$ 53,00
63	Parafuso fenda rosca soberba 4,8 x 4,0	UND	100	R\$ 0,53	R\$ 53,00
64	Pasta de silicone 50gr	UND	70	R\$ 19,64	R\$ 1.374,80
65	Picareta aço forjado	UND	100	R\$ 149,83	R\$ 14.983,00
66	Piso cerâmico branco 45 x45 cm. Cor: branco. Classe: A. Aplicação: Interna/Externa. Formas de utilização: Pl 05 como acabamento cerâmico de pisos e paredes.	M²	1200	R\$ 51,56	R\$ 61.872,00
67	Prego galvanizado com cabeça 14 x 15	KG	50	R\$ 34,89	R\$ 1.744,50
68	Prego galvanizado com cabeça 15 x 18	KG	50	R\$ 34,89	R\$ 1.744,50
69	Prego galvanizado com cabeça 15 x 11	KG	50	R\$ 34,89	R\$ 1.744,50
70	Prego galvanizado com cabeça 18 x 27	KG	50	R\$ 34,89	R\$ 1.744,50
71	Prego galvanizado com cabeça 21/2 x 10	KG	50	R\$ 34,89	R\$ 1.744,50
72	Prego galvanizado com cabeça 21/2 x 12	KG	50	R\$ 34,89	R\$ 1.744,50
73	Prego galvanizado com cabeça 21 x 45	KG	100	R\$ 34,89	R\$ 3.489,00
74	Prego galvanizado com cabeça 3 x 8	KG	100	R\$ 34,89	R\$ 3.489,00
75	Prego galvanizado com cabeça 3 x 9	KG	100	R\$ 34,89	R\$ 3.489,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

76	Rejunte de 1 kg rejunte flexível; composição: cimento (cinza ou branco), agregados minerais, pigmentos inorgânicos, polímeros e aditivos químicos não tóxicos, densidade aparente: 1,1 g/m ³ a 1,5 g/m ³ , peso > 1kg, textura lisa, resistência a formação de fungos, uso: em pisos e paredes.	FARD	225	R\$ 15,78	R\$ 3.550,50
77	Seixo médio lavado tipo nº 01 para concreto	M ³	160	R\$ 360,54	R\$ 57.686,40
78	Solvente thinner a base de hidrocarbonetos álcool e acetona	GALÃO	200	R\$ 124,64	R\$ 24.928,00
79	Targeta 1 1/2 de ferro cromado	UND	24	R\$ 8,61	R\$ 206,64
80	Telha cerâmica tipo canal comp 50 cm 26 und/m ²	MILH	24	R\$ 1.452,36	R\$ 34.856,64
81	Telha transparente 1.83 x 1.10 de fibra	UND	150	R\$ 140,24	R\$ 21.036,00
82	Tijolos cerâmico furado de 6 furos para alvenaria, composição: cerâmica, tijolo para vedação, medidas 9,5 x 14 x 19 cm	MILH	50	R\$ 1.104,83	R\$ 55.241,50
83	Tinta a óleo 3,6 litros. Tinta oleosa à base de solvente, acabamento: Brilhante. Uso: superfícies externas e internas. Lata com 3,6 litros. Peso aproximado: 3,75 kg	LTS	300	R\$ 139,46	R\$ 41.838,00
84	Tinta em pó a base de CL 2kg. Composição: óxidos de cálcio e magnésio, pigmentos orgânicos e inorgânicos. Indicada para pintura de superfícies porosas externas e internas de reboco, concreto e tijolo - cores variadas - fardo com 10 pcts de 2 kg	FARD	300	R\$ 71,86	R\$ 21.558,00
85	Tinta látex 18 litros. Acabamento: Fosco/brilhante; composição: resina modificada, pigmentos ativos e inertes, coalescentes, espessantes, microbicidas não metálicos, outros aditivos e água, lata com 18 Lt.	LTS	300	R\$ 190,37	R\$ 57.111,00
86	Adaptador de PVC soldável com rosca curto 20mm x 1/2 mm	UND	50	R\$ 2,41	R\$ 120,50
87	Adaptador de PVC soldável com rosca curto 25mm x 3/4 mm	UND	50	R\$ 2,71	R\$ 135,50
88	Adaptador de PVC soldável com rosca curto 32mm x 1"	UND	50	R\$ 4,41	R\$ 220,50
89	Adaptador de PVC soldável com rosca curto 40mm x 1.1/4	UND	50	R\$ 9,99	R\$ 499,50
90	Adaptador flange de PVC rígido soldável 20 mm	UND	50	R\$ 17,12	R\$ 856,00
91	Adaptador flange de PVC rígido soldável 25 mm	UND	50	R\$ 20,40	R\$ 1.020,00
92	Adaptador flange de PVC rígido soldável 32 mm	UND	50	R\$ 30,05	R\$ 1.502,50
93	Adaptador flange de PVC rígido soldável 40 mm	UND	50	R\$ 10,90	R\$ 545,00
94	Adesivo a base de epóxi 100g	UND	60	R\$ 17,12	R\$ 1.027,20
95	Adesivo instantâneo de rápida adesão para borrachas, couros, metais, etc, bisnaga 1,5gr	UND	15	R\$ 14,06	R\$ 210,90
96	Adesivo líquido a base de resinas de PVC p/ colagem de tubos e conexões de PVC rígido 17gr	UND	15	R\$ 3,97	R\$ 59,55
97	Adesivo líquido a base de resinas de PVC para colagem de tubos e conexões de PVC rígido 75gr	UND	15	R\$ 9,16	R\$ 137,40



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

98	Assento macio em PVC para bacia sanitária	UND	100	R\$ 114,23	R\$ 11.423,00
99	Bacia sanitária de louça convencional	UND	33	R\$ 133,61	R\$ 4.409,13
100	Boia de nível elétrica para caixa d'água	UND	20	R\$ 72,11	R\$ 1.442,20
101	Bolsa de ligação em PVC de 1.1/2 para vaso sanitário	UND	40	R\$ 24,76	R\$ 990,40
102	Bomba d'água de sucção injetora com motor elétrico 1,5 CV	UND	30	R\$ 2.150,03	R\$ 64.500,90
103	Bomba d'água de sucção centrífuga com motor elétrico 1,0CV	UND	20	R\$ 1.960,69	R\$ 39.213,80
104	Bucha de redução PVC rígido soldável curta de 25 x 20 mm	UND	30	R\$ 396,81	R\$ 11.904,30
105	Bucha de redução PVC rígido soldável curta de 32 x 25 mm	UND	30	R\$ 7,89	R\$ 236,70
106	Bucha de redução PVC rígido soldável curta de 40 x 32 mm	UND	30	R\$ 7,89	R\$ 236,70
107	Bucha de redução PVC rígido soldável curta de 50 x 40 mm	UND	20	R\$ 7,89	R\$ 157,80
108	Caixa d'água de fibra capacidade para 310 Lt	UND	25	R\$ 396,31	R\$ 9.907,75
109	Caixa d'água de fibra capacidade para 500 Lt	UND	20	R\$ 494,34	R\$ 9.886,80
110	Caixa de descarga em PVC com acionamento por cordão e capacidade de 09 Lt	UND	30	R\$ 48,28	R\$ 1.448,40
111	Caps de PVC rígido com rosca ¾	UND	27	R\$ 3,16	R\$ 85,32
112	Caps de PVC rígido com rosca 1'	UND	27	R\$ 3,92	R\$ 105,84
113	Caps de PVC rígido para esgoto de 40 mm	UND	27	R\$ 5,67	R\$ 153,09
114	Caps de PVC rígido soldável 20 mm	UND	27	R\$ 2,32	R\$ 62,64
115	Caps de PVC rígido soldável de 25 mm	UND	27	R\$ 3,16	R\$ 85,32
116	Curva de ferro galvanizado 90º ¾	UND	15	R\$ 21,19	R\$ 317,85
117	Curva de ferro galvanizado 90º 1'	UND	15	R\$ 25,36	R\$ 380,40
118	Curva de PVC rígido soldável 90º 20 mm	UND	15	R\$ 3,92	R\$ 58,80
119	Curva de PVC rígido soldável 90º 25 mm	UND	15	R\$ 9,34	R\$ 140,10
120	Curva de PVC rígido soldável 90º 32 mm	UND	27	R\$ 14,59	R\$ 393,93
121	Curva de PVC rígido soldável 90º 40 mm	UND	27	R\$ 16,86	R\$ 455,22
122	Curva de PVC rígido soldável para esgoto 45º 100 mm	UND	15	R\$ 9,34	R\$ 140,10
123	Curva de PVC rígido soldável para esgoto curta 90º 40 mm	UND	15	R\$ 14,59	R\$ 218,85
124	Fita veda rosca a base de resina (poli tetra flúor etileno) 18 mm x 25m	UND	60	R\$ 4,36	R\$ 261,60
125	Garxeta 1/2 para torneira de latão	UND	15	R\$ 4,36	R\$ 65,40
126	Garxeta 3/4 para torneira de latão	UND	15	R\$ 4,36	R\$ 65,40
127	Injetor de solução para bomba injetora 1-25 1.1/4x1	UND	20	R\$ 231,98	R\$ 4.639,60
128	Joelho de PVC rígido soldável 90º 20 mm	UND	30	R\$ 0,97	R\$ 29,10
129	Joelho de PVC rígido soldável 90º 25 mm	UND	30	R\$ 3,92	R\$ 117,60
130	Joelho de PVC rígido soldável 90º 32 mm	UND	30	R\$ 9,99	R\$ 299,70
131	Joelho de PVC rígido soldável para esgoto 45º 40 mm	UND	30	R\$ 14,39	R\$ 431,70



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

132	Joelho de PVC rígido soldável para esgoto 90º 100 mm	UND	30	R\$ 22,82	R\$ 684,60
133	Joelho de PVC rígido soldável para esgoto 90º 40 mm	UND	24	R\$ 14,39	R\$ 345,36
134	Junção de PVC rígido soldável para esgoto 100 mm	UND	30	R\$ 9,34	R\$ 280,20
135	Ligação de PVC 30 cm flexível	UND	150	R\$ 11,50	R\$ 1.725,00
136	Ligação de PVC 50 cm flexível	UND	150	R\$ 17,70	R\$ 2.655,00
137	Luva de PVC rígido com rosca ½	UND	24	R\$ 2,39	R\$ 57,36
138	Luva de PVC rígido soldável de correr 20 mm	UND	30	R\$ 2,39	R\$ 71,70
139	Luva de PVC rígido soldável de correr 25 mm	UND	30	R\$ 14,59	R\$ 437,70
140	Luva de PVC rígido soldável de correr 60 mm	UND	30	R\$ 55,35	R\$ 1.660,50
141	Luva de PVC rígido soldável de redução 25 mm x 20 mm	UND	30	R\$ 6,94	R\$ 208,20
142	Luva de PVC rígido soldável de redução 32 mm x 25 mm	UND	30	R\$ 8,45	R\$ 253,50
143	Luva de PVC rígido soldável LR 20 mm x ½	UND	45	R\$ 2,80	R\$ 126,00
144	Luva de PVC rígido soldável redução 40 mm x 32 mm	UND	45	R\$ 9,34	R\$ 420,30
145	Luva união de PVC rígido soldável 32 mm	UND	45	R\$ 6,67	R\$ 300,15
146	Luva união de PVC rígido soldável 40 mm	UND	45	R\$ 6,94	R\$ 312,30
147	Mangueira cristal de PVC flexível ¾	MTS	60	R\$ 6,94	R\$ 416,40
148	Mangueira cristal de PVC flexível 1'	MTS	60	R\$ 14,01	R\$ 840,60
149	Mangueira de PVC flexível para jardim 1/2 x 15 mm x 30 m	UND	10	R\$ 77,14	R\$ 771,40
150	Parafuso com bucha para vaso sanitário nº 10	UND	300	R\$ 16,35	R\$ 4.905,00
151	Pasta de silicone 280 gr	UND	60	R\$ 27,28	R\$ 1.636,80
152	Registro de esfera PVC rígido soldável 20 mm	UND	60	R\$ 14,01	R\$ 840,60
153	Registro de esfera PVC rígido soldável 25 mm	UND	24	R\$ 16,35	R\$ 392,40
154	Registro de PVC rígido de esfera soldável 40mm	UND	20	R\$ 51,06	R\$ 1.021,20
155	Registro de PVC rígido de esfera soldável 32mm	UND	30	R\$ 28,60	R\$ 858,00
156	Reparo universal p/caixa de descarga acoplada	UND	15	R\$ 213,19	R\$ 3.197,85
157	Sifão snfonado PVC rígido para pia 40 mm	UND	24	R\$ 17,12	R\$ 410,88
158	TE PVC rígido de redução 3/4 x ½	UND	30	R\$ 11,14	R\$ 334,20
159	TE PVC rígido de redução 20 mm	UND	24	R\$ 11,14	R\$ 267,36
160	TE PVC rígido de redução 25 mm	UND	39	R\$ 11,14	R\$ 434,46
161	TE PVC rígido de redução 32 mm	UND	39	R\$ 11,14	R\$ 434,46
162	TE PVC rígido de redução 40 mm	UND	30	R\$ 11,14	R\$ 334,20
163	TE PVC rígido soldável de esgoto de 100 mm	UND	20	R\$ 41,11	R\$ 822,20
164	Torneira bóia PVC rígido para caixa d'água ½	UND	30	R\$ 34,84	R\$ 1.045,20
165	Torneira de PVC rígido para lavatório ½	UND	21	R\$ 10,90	R\$ 228,90
166	Tubo de PVC rígido soldável para esgoto 100mm	UND	39	R\$ 142,13	R\$ 5.543,07
167	Tubo de PVC rígido soldável para esgoto 40mm	UND	12	R\$ 56,74	R\$ 680,88
168	Tubo de PVC rígido soldável para esgoto 50mm	UND	30	R\$ 89,71	R\$ 2.691,30
169	Tubo PVC rígido roscável ¾	UND	27	R\$ 60,83	R\$ 1.642,41



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

170	Tubo PVC rígido roscável 1	UND	39	R\$ 110,28	R\$ 4.300,92
171	Tubo PVC rígido roscável 1/4	UND	30	R\$ 34,03	R\$ 1.020,90
172	Tubo PVC rígido soldável 20 mm	UND	30	R\$ 32,82	R\$ 984,60
173	Tubo PVC rígido soldável 25 mm	UND	30	R\$ 47,65	R\$ 1.429,50
174	Tubo PVC rígido soldável 32 mm	UND	60	R\$ 69,40	R\$ 4.164,00
175	Tubo PVC rígido soldável 40 mm	UND	60	R\$ 109,33	R\$ 6.559,80
176	Válvula curta latão para lavatório	UND	15	R\$ 31,94	R\$ 479,10
177	Caixa D'água de polietileno capacidade para 15.000 L	UND	5	R\$ 16.476,45	R\$ 82.382,25
178	Fio De Nylon Para Cortador E Roçadeira De Grama 2,4mm 15m	UND	30	R\$ 241,20	R\$ 7.236,00
179	Janela de Vidro de 1,00 x 1,20	UND	100	R\$ 443,49	R\$ 44.349,00
180	Luva de Napa (par)	UND	500	R\$ 10,12	R\$ 5.060,00
181	Porta De Madeira Frisada 210cmx80cm	UND	50	R\$ 910,32	R\$ 45.516,00
182	Porta De Madeira Frisada 210cmx70cm	UND	50	R\$ 879,20	R\$ 43.960,00
183	Bomba d' água de sucção 2 cv	UND	5	R\$ 2.814,99	R\$ 14.074,95
184	Bomba d' água de sucção 3 cv	UND	5	R\$ 4.434,89	R\$ 22.174,45
185	Ripas de madeira	MTS	200	R\$ 324,20	R\$ 64.840,00
186	Pernamancas	MTS	200	R\$ 21,23	R\$ 4.246,00
187	caibro de madeira 7/7	MTS	200	R\$ 40,21	R\$ 8.042,00
188	caibro de madeira 7/12	MTS	200	R\$ 70,76	R\$ 14.152,00
189	caibro de madeira 7/14	MTS	200	R\$ 79,68	R\$ 15.936,00
190	Tabua para construção de 3M/15CM (AMPLA PARTICIPAÇÃO 80%)	DUZIA	240	R\$ 287,88	R\$ 69.091,20
191	Tabua para construção de 3M/15CM (COTA RESERVADA 20%)		60	R\$ 287,88	R\$ 17.272,80
192	Chave de Fenda 1/4 4x6	UND	60	R\$ 13,31	R\$ 798,60
193	Chave de Philips 3/8 8x8	UND	60	R\$ 24,34	R\$ 1.460,40
194	Chave de teste	UND	30	R\$ 8,56	R\$ 256,80
195	Enxadado com cabo	UND	20	R\$ 59,32	R\$ 1.186,40
196	Cabo de pá	UND	20	R\$ 24,51	R\$ 490,20
197	Cabo de Enxada	UND	20	R\$ 28,92	R\$ 578,40
198	Colher de Pedreiro Nº 08	UND	20	R\$ 32,03	R\$ 640,60
199	Colher de Pedreiro Nº 10	UND	20	R\$ 32,03	R\$ 640,60
200	Desempenadeira de aço lisa	UND	15	R\$ 41,32	R\$ 619,80
201	Espátula Média	UND	30	R\$ 8,57	R\$ 257,10
202	Espátula Pequena	UND	30	R\$ 8,57	R\$ 257,10
203	Faço (Cutelo)	UND	20	R\$ 76,77	R\$ 1.535,40
204	Furadeira de Impacto 550W - Velocidade Variável 1/2" 3 Peças GSB 550 RE STD.Possui 550W de potência, velocidade variável e reversível e mandril de 1/2".Escolhas de perfurações com e sem impacto, também com versatilidade para parafusar e desparafusar.	UND	5	R\$ 848,60	R\$ 4.243,00



Processo Adm. 010100/2024
Folha _____
Rubrica _____
Setor: SEAD

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

205	Gadanhos com Cabo	UND	40	R\$ 44,89	R\$ 1.795,60
206	Serra mármore 4.3/8" 1.300 watts - 4100NH3Z	UND	5	R\$ 869,87	R\$ 4.349,35
207	Serra Circular 7.1/4" 1800w 110v 5007n	UND	4	R\$ 1.293,13	R\$ 5.172,52
208	Máscara Pff1 c/ Válvula - Indústria / Construção Civil	UND	200	R\$ 13,31	R\$ 2.662,00
209	Óculos de proteção transparente	UND	50	R\$ 19,81	R\$ 990,50
210	Peneira p/areia aro de plast.	UND	20	R\$ 31,93	R\$ 638,60
211	Pneu para carro de mão	UND	50	R\$ 63,10	R\$ 3.155,00
212	Serrote Profissional 24"	UND	10	R\$ 44,42	R\$ 444,20
213	Torquês	UND	15	R\$ 91,29	R\$ 1.369,35
214	Trena 5M	UND	15	R\$ 39,94	R\$ 599,10
215	Trena 10M	UND	15	R\$ 77,23	R\$ 1.158,45
216	Talhadeira Simples	UND	20	R\$ 21,12	R\$ 422,40
217	Barra de Ferro 1/2 polegadas CA-50 (12m)	UND	50	R\$ 188,29	R\$ 9.414,50
218	Barra de Ferro 1/4 polegadas CA-50(12m)	UND	80	R\$ 51,24	R\$ 4.099,20
219	Barra de Ferro 3/8 polegadas CA-50(12m)	UND	70	R\$ 133,18	R\$ 9.322,60
220	Barra de Ferro 1/4 polegadas CA-50(12m)	UND	100	R\$ 51,24	R\$ 5.124,00
221	Barra de Ferro 5/16 polegadas CA-50(12m)	UND	50	R\$ 103,02	R\$ 5.151,00
222	Barra de Ferro 7/8 polegadas CA-50(12m)	UND	50	R\$ 283,74	R\$ 14.187,00
223	Coluna de Ferro 1/4 6m	UND	50	R\$ 56,02	R\$ 2.801,00
224	Coluna de Ferro 5/16 6m	UND	50	R\$ 259,36	R\$ 12.968,00
225	Coluna de Ferro 3/8 6m	UND	50	R\$ 312,28	R\$ 15.614,00
226	Treliça 1/4 6m	UND	100	R\$ 86,56	R\$ 8.656,00
227	Disco de Serra Marmore - Cerâmica/Parede	UND	100	R\$ 43,95	R\$ 4.395,00
228	Disco de Serra Marmore - Aço	UND	100	R\$ 43,95	R\$ 4.395,00
229	Disco de Serra Marmore - Madeira	UND	100	R\$ 43,95	R\$ 4.395,00
230	Lixa de Ferro nº 120	UND	100	R\$ 5,56	R\$ 556,00
231	Lixa de Ferro nº 80	UND	100	R\$ 5,56	R\$ 556,00
232	Lixa de Parede nº 120	UND	100	R\$ 2,61	R\$ 261,00
233	Lixa de Parede nº 100	UND	100	R\$ 2,61	R\$ 261,00
234	Impermeabilizante para concretos e armassas - Balde de 18 L	UND	40	R\$ 432,09	R\$ 17.283,60
235	Rolo de Lã sem respingo alto 9mm 3/8"	UND	20	R\$ 23,94	R\$ 478,80
236	Rolo Pele de Carneiro 22mm para pintura	UND	20	R\$ 349,02	R\$ 6.980,40
237	Conjunto de 2 Tomadas 2P+T 10A 250V	UND	50	R\$ 12,60	R\$ 630,00
238	Conjunto de 3 Tomadas 2P+T 10A 250V	UND	50	R\$ 23,94	R\$ 1.197,00
239	Conjunto Interruptor Simples 1 Seção e Tomada 20A 1 Seção	UND	50	R\$ 12,60	R\$ 630,00
240	Conjunto Interruptor Simples 2 Seções e Tomada 20A 1 Seção	UND	50	R\$ 18,90	R\$ 945,00
241	Disjuntor 1p 10a curva 3ka	UND	40	R\$ 18,90	R\$ 756,00
242	Disjuntor 1p 15a curva 3ka	UND	40	R\$ 18,90	R\$ 756,00
243	Fita Isolante 18mm X 5m	UND	20	R\$ 6,30	R\$ 126,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

244	Lâmpada Led Bulbo A60 15W 6.500K Branca Fria Bivolt	UND	80	R\$ 18,90	R\$ 1.512,00
245	Fio Cabo Flexível 4,0 mm 100 metros Preto	ROLO	20	R\$ 819,00	R\$ 16.380,00
246	Vonder Alicata Corte Diagonal 6' 1000V	UND	6	R\$ 56,70	R\$ 340,20
247	Capacete de Segurança MSA CA 498 Completo com Carneira e Jugular (Branco)	UND	3	R\$ 88,20	R\$ 264,60
248	Capacete de Segurança MSA CA 498 Completo com Carneira e Jugular (Vermelho)	UND	7	R\$ 88,20	R\$ 617,40
249	Luva Antiestatica Flextáctil Esd De Nylon Tamanho M	PAR	20	R\$ 44,10	R\$ 882,00
250	Fio Cabo Flexível 2,5 mm 100 metros Preto	ROLO	20	R\$ 227,43	R\$ 4.548,60
251	Fio Cabo Flexível 2,5 mm 100 metros Azul	ROLO	20	R\$ 227,43	R\$ 4.548,60
252	Fio Cabo Flexível 2,5 mm 100 metros Vermelho	ROLO	20	R\$ 227,43	R\$ 4.548,60
253	Fio Cabo Flexível 2,5 mm 100 metros Amarelo	ROLO	20	R\$ 227,43	R\$ 4.548,60
254	Fio Cabo Flexível 1,5 mm 100 metros Vermelho	ROLO	20	R\$ 181,69	R\$ 3.633,80
255	Fio Cabo Flexível 1,5 mm 100 metros Amarelo	ROLO	20	R\$ 181,69	R\$ 3.633,80
256	Fio Cabo Flexível 1,5 mm 100 metros Azul	ROLO	20	R\$ 181,69	R\$ 3.633,80
257	Caixa 4x2	UND	20	R\$ 4,41	R\$ 88,20
258	Disjuntor 16A Monopolar	UND	10	R\$ 25,07	R\$ 250,70
259	Disjuntor 20A Monopolar	UND	10	R\$ 33,39	R\$ 333,90
260	Quadro de energia	UND	5	R\$ 252,00	R\$ 1.260,00
261	Selador acrílico 18L	UND	20	R\$ 154,98	R\$ 3.099,60
262	Trincha 2"	UND	20	R\$ 18,90	R\$ 378,00
263	Trincha 3"	UND	20	R\$ 23,31	R\$ 466,20
264	Trincha 4"	UND	20	R\$ 25,20	R\$ 504,00
VALOR TOTAL					R\$ 2.318.695,62

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de bem comum.

1.3. Os quantitativos são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por **Preço Unitário**.

1.5. Produtos a serem fornecidos nas diversas secretarias municipais, conforme ordens de fornecimento emitidas.

1.6. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 120 (cento e vinte) meses, com base no artigo 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021.

2.1. A realização de processo de licitação para futura contratação de empresa para fornecimento de materiais de construção, trás a esta administração, solução para manutenção, reparação, cuidados com todos os prédios e ruas no município de Guimarães, com isso, trazendo uma cidade mais organizada e com condições de uma estadia digna para população, esse processo licitatório é uma solução resolutive para atender as necessidades de todas as Secretarias da Administração, encerrando assim, todas as problemáticas por causa desse tema.

2.4. O regime de execução deste fornecimento será o de empreitada por preço unitário, devido à precisão na estimativa dos quantitativos envolvidos e à variação de consumo entre as diferentes secretarias.

2.5. O objeto desta contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual do Município. A necessidade surgiu devido à variação na demanda, que não foi totalmente atendido pelos contratos vigentes. Portanto, é essencial a realização de um novo processo licitatório para a aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES para as secretarias do



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

Município de Guimarães/MA.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta para o REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E FUNDOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES/MA. A solução para manutenção, reparação, cuidados com todos os prédios e ruas no município de Guimarães, com isso, trazendo uma cidade mais organizada e com condições de uma estadia digna para população.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação para o REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E FUNDOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES/MA, incluem:

4.1.1 A empresa contratada deve ser especializada no fornecimento de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.

4.1.2 Para a adequada prestação dos serviços, a contratada deverá demonstrar capacidade de fornecimento contínuo e confiável dos produtos, com profissionais qualificados e experiência comprovada no setor.

4.1.3 Ao final de cada período de fornecimento, a CONTRATADA deverá emitir um relatório detalhando a quantidade dos produtos fornecidos, atendimentos emergenciais realizados, e quaisquer outras ações relevantes.

4.1.4 A organização e execução do fornecimento dos produtos devem seguir as normas técnicas aplicáveis, disposições legais pertinentes e as diretrizes do Município de Guimarães/MA.

4.1.5 A Contratada deve monitorar e atender proativamente as demandas dos produtos da secretaria, sem depender exclusivamente de solicitações formais da Contratante.

4.1.6 No início do contrato, a contratada deve apresentar um plano de fornecimento que contemple as projeções de consumo e estratégias para garantir o abastecimento contínuo.

4.1.7 Em casos de aumento inesperado da demanda ou necessidade de fornecimento urgente, o prazo para atendimento será acordado com o fiscal do contrato.

4.1.8 Para comprovar a capacidade técnica, a licitante deve apresentar no mínimo um atestado de Capacidade Técnica, emitido por órgãos da Administração Pública ou empresas, onde tenha fornecido MATERIAL DE CONSTRUÇÃO.

4.1.9 O atestado deve ser acompanhado de documentação que comprove a experiência e a capacidade logística da empresa.

4.1.10 O atestado deve conter informações claras sobre o emitente, o contrato relacionado ao fornecimento dos produtos e a descrição dos serviços prestados.

4.2 O fornecimento de MATERIAL DE CONSTRUÇÃO deve ser contínuo, garantindo a disponibilidade constante para as secretarias.

4.3 Não será permitida a subcontratação do fornecimento de MATERIAL DE CONSTRUÇÃO como objeto principal do contrato.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O fornecimento de MATERIAL DE CONSTRUÇÃO será realizado de forma contínua e sistemática, com ênfase na garantia de abastecimento regular para a secretaria do Município de Guimarães/MA. Isso incluirá um cronograma de entrega pré-definido, alinhado com as necessidades de consumo de cada secretaria.

5.2. Serão implementados procedimentos rigorosos de monitoramento e controle de qualidade para assegurar que os MATERIAL DE CONSTRUÇÃO fornecidos atendam às especificações técnicas e aos padrões de qualidade estabelecidos. Isso inclui a verificação periódica da qualidade do produto.

5.3. O modelo de execução contemplará uma estratégia logística eficiente, assegurando que os produtos sejam entregues de maneira oportuna e eficaz, minimizando riscos de atrasos ou interrupções no abastecimento. Serão



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

consideradas as localizações da secretaria e as rotas de entrega mais eficientes.

5.4. Um plano de resposta a emergências será estabelecido para garantir a pronta resposta a demandas inesperadas ou situações de crise que possam afetar o fornecimento dos produtos.

5.5. A contratada será responsável por fornecer relatórios regulares sobre o fornecimento, incluindo volumes entregues, registros de entregas e qualquer incidente relevante. A administração do Município realizará o acompanhamento contínuo para assegurar a conformidade com o contrato.

5.6. Serão estabelecidos canais de comunicação eficientes entre a empresa fornecedora e a administração municipal para garantir que todas as questões relacionadas ao fornecimento de MATERIAL DE CONSTRUÇÃO sejam prontamente abordadas e resolvidas.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato para o Registro de Preços para aquisição de MATERIAL DE CONSTRUÇÃO deve ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas estabelecidas e em conformidade com as normas da Lei nº 14.133, de 2021. Ambas as partes serão responsáveis pelas consequências de qualquer inexecução total ou parcial do contrato.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato de fornecimento de MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, o cronograma de execução será automaticamente prorrogado pelo tempo correspondente. As alterações e circunstâncias deverão ser formalizadas através de apostila ao contrato.

6.3. As comunicações entre a entidade contratante do Município e a empresa fornecedora de MATERIAL DE CONSTRUÇÃO devem ser feitas por escrito, garantindo a formalidade necessária. O uso de mensagens eletrônicas é permitido para facilitar a comunicação.

6.4. A entidade contratante poderá solicitar a presença de representantes da empresa fornecedora para discussões ou providências urgentes relacionadas à execução do contrato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade contratante poderá realizar uma reunião inicial com o representante da empresa fornecedora. Nesta reunião, será apresentado um plano detalhado de fiscalização do contrato, abordando as obrigações contratuais, os mecanismos de fiscalização, estratégias para eficaz execução do fornecimento, o plano complementar de ações da contratada (se aplicável), métodos para aferição dos resultados e sanções aplicáveis, entre outros pontos importantes.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início do fornecimento dos produtos, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato será responsável por acompanhar a execução do contrato. Ele deverá assegurar que todas as condições estabelecidas no contrato sejam cumpridas, visando garantir os melhores resultados para a Administração.

6.10. O fiscal técnico do contrato registrará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à sua execução. Isso inclui a descrição de ações necessárias para a regularização de quaisquer faltas ou



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

defeitos observados, em conformidade com a Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º.

6.11. Caso sejam identificadas inexatidões ou irregularidades na execução do contrato, o fiscal técnico emitirá notificações para a correção, estabelecendo prazos para tal.

6.12. O fiscal técnico informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, qualquer situação que demande decisões ou medidas além de sua competência. Assim, o gestor poderá adotar as medidas necessárias e saneadoras, se aplicável.

6.13. Em casos de ocorrências que possam comprometer a execução do contrato nas datas previstas, o fiscal técnico comunicará imediatamente ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

6.14. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.15. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.18. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1.A avaliação da execução do objeto poderá utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. Não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou 7.1.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizar com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2.A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da execução do contrato.

Do recebimento

7.3. Ao final de cada período estipulado no contrato, o Contratado apresentará um relatório detalhado do fornecimento de MATERIAL DE CONSTRUÇÃO realizado, por meio de uma planilha que demonstrará as quantidades entregues e os locais de fornecimento.

7.3.1. Um período será considerado efetivamente concluído quando o fornecimento de MATERIAL DE CONSTRUÇÃO previsto no Cronograma Físico-Financeiro estiver completado em sua totalidade.

7.3.2. O contratado deverá apresentar, junto com o relatório de fornecimento, os documentos comprobatórios da procedência legal do MATERIAL DE CONSTRUÇÃO fornecidos, assegurando a conformidade com as normas ambientais e regulatórias aplicáveis.

7.4. O recebimento do fornecimento de MATERIAL DE CONSTRUÇÃO será provisório, a ser realizado no prazo de 10 (dez) dias pelos fiscais técnico e administrativo, mediante verificação e confirmação do cumprimento das exigências contratuais. Este procedimento está de acordo com o Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X.

7.4.1. O prazo mencionado será contado a partir do recebimento da comunicação do Contratado, acompanhada das evidências da entrega de MATERIAL DE CONSTRUÇÃO conforme a parcela a ser paga.

7.4.2. O fiscal técnico do contrato será responsável pelo recebimento provisório do fornecimento de MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, assegurando o cumprimento das exigências técnicas estipuladas no contrato.

7.4.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do fornecimento de MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, confirmando o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.4.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório do fornecimento de MATERIAL DE CONSTRUÇÃO sob os aspectos técnico e administrativo.

7.4.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações do fornecimento, incluindo a análise da quantidade e qualidade dos MATERIAL DE CONSTRUÇÃO fornecidos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada. Todos os achados serão registrados em um relatório a ser enviado ao gestor do contrato.

7.4.6. O recebimento provisório será considerado como ocorrido com a entrega do termo detalhado ou, se houver mais de um termo, com a entrega do último.

7.4.7. O Contratado fica obrigado a corrigir, às suas expensas, quaisquer discrepâncias ou problemas relacionados ao fornecimento de MATERIAL DE CONSTRUÇÃO identificados no Recebimento Provisório, não sendo atestada a última parcela do fornecimento até que todas as pendências sejam resolvidas.

7.4.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última parcela do fornecimento até que sejam sanadas todas as eventuais pendências apontadas no Recebimento Provisório.

7.4.9. O recebimento provisório também ficará sujeito à verificação de todos os documentos e comprovantes exigidos para o fornecimento de MATERIAL DE CONSTRUÇÃO.

7.4.10. O fornecimento poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando não estiver conforme as especificações



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

deste Termo de Referência e as condições acordadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5. Em casos onde um único servidor exerce a fiscalização, ele deverá registrar e analisar todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, incluindo aspectos técnicos e administrativos, e encaminhá-los ao gestor do contrato para o recebimento definitivo.

7.6. O fornecimento será recebido definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por um servidor ou comissão designada, após verificação da quantidade e qualidade do MATERIAL DE CONSTRUÇÃO fornecido e sua aceitação por meio de termo detalhado.

7.6.1. Emissão de documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, se houver, referente ao cumprimento das obrigações pelo contratado, com menção ao desempenho na execução contratual e eventuais penalidades aplicadas.

7.6.2. Análise dos relatórios e documentações fornecidos pela fiscalização e, se houver irregularidades, solicitar correções à contratada, indicando as cláusulas contratuais pertinentes.

7.6.3. Emissão do Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, baseado nos relatórios e documentações.

7.6.4. Comunicação à empresa para emissão da Nota Fiscal ou Fatura, com o valor ajustado pela fiscalização.

7.6.5. Envio da documentação ao setor de contratos para formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, conforme valor ajustado pela fiscalização e gestão.

7.7. Em caso de controvérsia relacionada ao fornecimento de MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, especialmente no que se refere à qualidade e quantidade, será observado o artigo 143 da Lei nº 14.133, de 2021. Deve-se comunicar à empresa contratada para a emissão de Nota Fiscal correspondente à parcela incontroversa do fornecimento, para fins de liquidação e pagamento.

7.8. Nenhum prazo de recebimento será efetivado enquanto estiver pendente a resolução, pelo contratado, de quaisquer inconsistências identificadas na execução do fornecimento ou nos documentos de cobrança.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo do fornecimento de MATERIAL DE CONSTRUÇÃO não exime a responsabilidade civil da empresa contratada pela qualidade e segurança do produto fornecido, nem a sua responsabilidade ético-profissional pela correta execução do contrato conforme os termos acordados.

Liquidação

7.10. Após o recebimento da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente pelo fornecimento dos produtos, inicia-se o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, conforme estabelecido nesta seção, prazo este prorrogável por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.10.1 O prazo para liquidação será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, em casos de contratações para despesas de valores que não ultrapassem o limite especificado no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11. Para a liquidação da despesa, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada pelo fornecimento de MATERIAL DE CONSTRUÇÃO contém todos os elementos essenciais, como:

- a) prazo de validade;
- b) data de emissão;
- c) dados do contrato e do órgão contratante;
- d) período de execução do contrato;
- e) valor a pagar;
- f) destaque do valor das retenções tributárias, quando aplicável.

7.12. Se houver erros na Nota Fiscal/Fatura, ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, o processo será suspenso até que o contratado regularize a situação, com o reinício do prazo para liquidação após a comprovação da correção, sem ônus para a contratante.

7.13. A Nota Fiscal ou Fatura deve ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal do contratado, verificável



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

por meio de consulta on-line aos sites oficiais ou documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.14. A Administração realizará consultas para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar impedimentos à participação em licitações ou contratações com o Poder Público, e possíveis ocorrências impeditivas, conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018.

7.15. Em caso de constatação de irregularidade do contratado, ele será notificado para regularizar a situação ou apresentar defesa em até 5 (cinco) dias úteis, prazo este passível de uma única prorrogação, a critério da contratante.

7.16. Se a situação irregular persistir ou a defesa for considerada improcedente, a contratante notificará os órgãos de fiscalização sobre a inadimplência do contratado, especialmente se houver pagamentos pendentes, para a tomada das ações necessárias para a garantia dos créditos.

7.17. Se a irregularidade continuar, a contratante adotará as medidas necessárias para a rescisão do contrato, garantindo ao contratado o direito à ampla defesa no processo administrativo correspondente.

7.18. Enquanto o objeto do contrato estiver sendo executado efetivamente, os pagamentos serão realizados normalmente, até que seja decidida a rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

7.19. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.21. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

Regime de execução

8.2.O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

Critérios de aceitabilidade de preços

8.1. Propostas serão avaliadas com base em sua aderência aos preços de mercado, desconsiderando aquelas com valores excessivamente acima da média.

8.2. Propostas que apresentem uma redução de 50% ou mais em relação ao valor estimado serão submetidas a uma análise detalhada de exequibilidade, exigindo do proponente a apresentação de documentos adicionais que justifiquem a viabilidade dos preços ofertados.

8.3. A equipe técnica e o pregoeiro responsáveis analisarão a documentação complementar para determinar se as propostas são exequíveis. Propostas consideradas inexequíveis serão desqualificadas.

8.4. Serão aceitas para consideração final as propostas que estejam em conformidade com os preços de mercado e demonstrem exequibilidade, buscando a melhor relação custo-benefício.

8.5. Em caso de empate entre propostas, serão aplicados critérios de desempate conforme a legislação vigente e as normas estabelecidas no edital do processo licitatório.

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.5. Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

8.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.12. Certidão Simplificada e Específica emitida pela junta comercial.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis (termo de abertura e encerramento do livro diário, notas explicativas, termo de autenticação do livro diário) dos 2 (dois) últimos



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

exercícios sociais, comprovando:

8.24. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG), Índice de Liquidez Seca (ILS), Índice de Endividamento Geral (IEG), Índice de Liquidez Imediata (ILI) e Índice de Imobilização do Patrimônio Líquido (IIPL) superiores a 1 (um);

8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.28. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG), Índice de Liquidez Seca (ILS), Índice de Endividamento Geral (IEG), Índice de Liquidez Imediata (ILI) e Índice de Imobilização do Patrimônio Líquido (IIPL), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

8.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.31. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.31.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.32. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.33. Comprovação de aptidão para o fornecimento equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido pelo conselho profissional competente, quando for o caso. O atestado de capacidade técnica deve conter planilha informando os itens e quantidades fornecidas, devendo ainda vir acompanhado do respectivo contrato e cópia de nota fiscal.

8.34. Comprovação, por meio de declaração com relação de contratos firmados, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital;

8.35. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas conforme Especificação Técnica do objeto licitado.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

8.36. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante

8.36.1. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 2.318.695,62 (Dois Milhões Trezentos e dezoito mil seiscentos e noventa e cinco reais e sessenta e dois centavos)**, conforme orçamento realizado no Banco de Preços.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral.

10.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

10.2.1 Informamos que a licitação para Registro de Preços independe de previsão de dotação orçamentária, no âmbito da Administração Pública Municipal. Desta forma, sugerimos a continuidade do processo, e, após a realização do procedimento licitatório e antes da assinatura do(s) contrato(s) firmado(s) com base na respectiva ata de registro de preços o seu retorno, para fins de comprovação da existência de dotação orçamentária com saldo suficiente para custeio da despesa.

10.2.2 Em caso de eventuais contratações que poderão advir da Ata de Registro de Preços, as despesas decorrentes destes contratos administrativos correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento vigente à época das referidas contratações.

10.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Miscilene Carvalho Veras Carneiro
CPF nº 842.699.103-30
Secretária Municipal de Administração



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

MINUTA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXXXXX/XXXX
Prefeitura Municipal de Guimarães/MA
Processo Administrativo nº 010100/2024
Pregão Eletrônico nº 004/2024

A Prefeitura Municipal de Guimarães/MA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 05.505.334/0001-30, com sede na Rua Dr. Urbano Santos, nº 214, Centro, Guimarães – MA, CEP: 65.255-000, através da Secretaria Municipal de Administração, neste ato representada pelo(a) (*cargo e nome*), inscrito no CNPF nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 004/2024, processo administrativo nº 010100/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 133/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a Eventual Contratação de empresa especializada no fornecimento de Material de Construção em Geral para atender as necessidades das diversas secretarias e fundos da Prefeitura Municipal de Guimarães/MA, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação 004/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Administração.

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

- Não ha outros órgãos interessados.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

- 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

- 4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

- 4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da **alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;**

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
- 8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
 - 8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no Decreto Municipal nº 01/2024.
- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Decreto Municipal nº 01/2024; ou
 - 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.4.1. Por razão de interesse público;
 - 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Decreto Municipal nº 01/2024.

10. DAS PENALIDADES

- 10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Guimarães/MA, XX de XXXXXXXX de 2024

ÓRGÃO GERENCIADOR
Assinatura

DETENTORA DA ARP
Assinatura



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

MINUTA DO CONTRATO

Minuta de CONTRATO ADMINISTRATIVO nº/...., QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES/MA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXXX E A EMPRESA XXXXXXXX.

A Prefeitura Municipal de GUIMARÃES/MA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 05.505.334/0001-30, com sede na Rua Candido Lires, s/nº, Centro - CEP 65.255-000- Guimarães - MA, através da Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada pelo(a) *(cargo e nome)*, inscrito no CNPF nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na*, doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por* (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa*, tendo em vista o que consta no Processo nº XXXXXXXX/2024 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 004/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

11.12. O objeto do presente instrumento é o REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E FUNDOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES/MA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

11.13. Objeto da contratação:

11.14. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 11.14.1. O Termo de Referência;
- 11.14.2. O Edital da Licitação;
- 11.14.3. A Proposta do contratado;
- 11.14.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

12.1. O prazo de vigência da contratação é de XX/XX/2024 a xx/xx/2024, prorrogável por até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

12.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

12.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

12.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em xx/xx/2024.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 dias.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

- 9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
- der causa à inexecução parcial do contrato;
 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - der causa à inexecução total do contrato;
 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv. **Multa:**
 1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 2. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 11.3.A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 11.3.A. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.3.B. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 11.3.C. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.3.D. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):
 - a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.A. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.1.B. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.B.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.2.A. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.B. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.C. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 05.505.334/0001-30

13.3. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual de GUIMARÃES/MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

GUIMARÃES/MA, XX de xx de 2024.

CONTRATANTE
Assinatura

CONTRATADA
Assinatura